

POR UMA TEORIA NORMATIVA DO TRABALHO NO CONTEXTO PERIFÉRICO

Fabício Maciel
Universidade Federal de Juiz de Fora
Doutorando em Ciências Sociais
maciefabricio@gmail.com

Resumo

O artigo busca contribuir para uma nova teoria normativa do trabalho no capitalismo periférico. Divide-se em três partes. (1) A revisão do debate sobre a não-centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, buscando uma síntese entre os defensores e os críticos desta tese. (2) A partir de material empírico nacional de pesquisa recente do CEPEDES/UFJF, propõe uma revisão na relação entre as dimensões rurais e urbanas do capitalismo, geralmente consideradas pela lente do desenvolvimentismo como articuladas hierarquicamente. (3) Esboça uma contribuição para uma nova teoria do trabalho na periferia do capitalismo e para um novo conceito de classe no mesmo contexto.

Palavras-chave: capitalismo; teoria do trabalho; classe

A QUESTÃO DA CENTRALIDADE DO TRABALHO: UM TERCEIRO OLHAR

As mudanças estruturais do capitalismo nas últimas décadas nos obrigam a repensar várias categorias analíticas utilizadas para compreendê-lo. Em certos casos cabe mesmo questionar se algumas delas ainda possuem alguma validade. É o caso de conceitos como trabalho, classe social e até mesmo o próprio conceito de capitalismo. Duas perspectivas parecem disputar atualmente a compreensão das sociedades modernas a partir de tais categorias. De um lado, a que parece predominante, é a do fim

da centralidade do trabalho e da classe na reprodução e atribuição de sentido das sociedades contemporâneas, que convergem com uma compreensão culturalista e, mais especificamente nos últimos anos, multiculturalista de tais sociedades. De outro, um certo marxismo e algumas derivações, que ainda tateiam a centralidade do trabalho e da classe, porém com algumas dificuldades em refazer tais conceitos de modo a acompanhar as mudanças concretas apresentadas pelas estruturas contemporâneas do capitalismo.

Na primeira perspectiva, há uma constatação que parece comum e relevante para a tarefa conceitual apresentada: até mesmo os teóricos mais conservadores concordam que as últimas décadas do capitalismo (discordando às vezes em datas) presenciaram uma mudança sem precedentes em sua lógica de produção e reprodução, tornando mais complexo e difuso o uso de categorias tradicionais, principalmente de origem marxista, para a sua compreensão. É

uma concordância entre as duas correntes citadas que as realidades empíricas aludidas com o conceito de trabalho se tornaram mais heterogêneas, o que as tornam mais difíceis de se conceituar e mais resistentes a generalizações teóricas. Uma característica central de tal dificuldade são as rápidas mudanças em sua configuração, devido ao advento crescente da tecnologia como critério normativo e seletivo tanto da vida privada quanto da pública.

Esta corrente, a da não-centralidade do trabalho, possui alguns cânones centrais. André Gorz, com sua tese sobre as “sociedades do conhecimento” e do “imaterial” (2005), é o primeiro deles. Com ela ele afirma que o conhecimento, e este cada vez mais tecnológico, se torna o principal fator produtivo contemporâneo. Além dele, Claus Offe também contribui para este novo paradigma com sua tese sobre o fim do trabalho enquanto categoria central das sociedades atuais. Para ele, a complexidade das sociedades

contemporâneas não permite que o trabalho seja utilizado enquanto única categoria explicativa, mas deve ser situada dentre outras. O dado objetivo do crescimento do Setor de serviços é um dos fatores que alude para a atual heterogeneidade do que ele chama de “capitalismo desorganizado” (1994). O terceiro autor desta perspectiva é Habermas. Em sua tentativa de reconstrução do materialismo histórico, ele aponta para a comunicação como critério reprodutor das sociedades contemporâneas (Habermas, 1990). Tal perspectiva descarta o trabalho concreto como operador daquele movimento.¹ No Brasil, o principal representante desta corrente talvez seja Josué Pereira da Silva, que em seu recente livro “trabalho, cidadania e reconhecimento” (2008) apresenta uma boa síntese dos citados autores.

De outro lado, a perspectiva marxista, crítica da primeira, tenta defender a centralidade do trabalho e da classe no que chamam de “mundo do trabalho” contemporâneo. Vasta

literatura existe sobre o tema. No Brasil, o autor mais influente é Ricardo Antunes. Principalmente em seu livro “Adeus ao trabalho?” (2000) o argumento é que toda a precariedade do processo contemporâneo de “reestruturação produtiva” surge como evidência empírica da centralidade do trabalho e da classe. A tese do conhecimento e da comunicação não enxerga, nesta direção, as dificuldades contemporâneas enfrentadas no chão da fábrica e também fora dela, na rotina da “classe que vive do trabalho”, como ele diz. Antunes tem se posicionado em um debate internacional contra a primeira perspectiva mencionada.

Revisitar as duas correntes é importante para que eu inicie minha tentativa de contribuir para uma teoria normativa do trabalho na periferia. A primeira corrente parece vigorar também na explicação das sociedades periféricas contemporâneas. Uma apropriação crítica das categorias acima citadas exige uma revisão que não se resume a um mero posicionamento de

um lado ou de outro, mas sim que busque uma síntese, tematizando avanços teóricos e limites de ambos os lados. Este é o primeiro exercício teórico que gostaria de esboçar aqui.

É razoável pensar, como na corrente 1, que certas categorias não dão mais conta de mudanças empíricas nas sociedades capitalistas contemporâneas. Esta é a primeira parte de qualquer movimento teórico que procure ser atual, ou seja, a constatação de um problema. Todavia, uma segunda parte é igualmente necessária, ou seja, a reconstrução teórica a partir do problema empírico constatado. Aqui me parece residir a grande deficiência da corrente 1. Ao constatar o suposto fim da centralidade do trabalho e da classe, ela precisaria no mínimo reconstruir tais conceitos, mas parece simplesmente abandoná-los a um uso residual.

Quanto a corrente 2, eu concordo com o primeiro momento, o da constatação da centralidade, encontrando porém sérias dificuldades

no segundo momento, o da reconstrução. Neste, a adaptação dos conceitos a realidade atual ainda reproduz em boa parte o seu uso marxista tradicional, fundamental em uma sociedade com características empíricas que já não mais existem.

REARTICULANDO AS DIMENSÕES DO CAPITALISMO PERIFÉRICO: CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO

Trabalhando na pesquisa “Os batalhadores brasileiros” do CEPEDES/UFJF, tive a oportunidade de levantar alguns questionamentos provisórios e parciais acerca da realidade do capitalismo periférico brasileiro hoje. Esta pesquisa é parte de uma tentativa deste centro de reconstrução de uma teoria de classes para o Brasil contemporâneo. O primeiro movimento desta tentativa chega agora ao público no livro “A ralé brasileira” (2009), organizado por Jessé Souza, o coordenador do CEPEDES.

Agora, tentamos tematizar a classe logo acima, que não é nem classe média estabelecida e nem a ralé mais estática em sua precariedade. Esta “segunda classe média”, como define Mangabeira Unger (2008), é composta geralmente por famílias de origem pobre que conseguem administrar, tanto no mundo urbano quanto no rural, algum tipo de empreendimento, que variam bastante em tamanho. No geral, tais empreendimentos dependem de esforço pessoal e geralmente de pouco estudo, mas de uma capacidade comercial, prática, não aprendida formalmente na escola.

A heterogeneidade desta espécie de “classe intermediária” brasileira é um bom recorte e às vezes serve como caricatura analítica das características gerais do capitalismo periférico. Através de suas histórias de vida reais, podemos observar a reprodução das estruturas contemporâneas do capitalismo. Ou seja, através de um habitus primário alternativo ao do capital escolar, reproduzido em

trajetória individuais singulares, como observa Bernard Lahire (2006), porém que reproduzem uma semelhante condição de classe, podemos pensar na heterogeneidade e não linearidade do capitalismo periférico.

Numa breve comparação das formas de criatividade e adaptabilidade desta classe de batalhadores entre as diversas regiões brasileiras, duas dimensões da reprodução social podem ser articuladas. A primeira é no sentido estrutural mais restrito, ou seja, no sentido das mudanças físicas pelas quais passou o capitalismo periférico nas últimas décadas de reestruturação produtiva e de abertura neoliberal. Neste ponto, a re-apropriação de Antunes se faz frutífera. Sua análise de uma reorganização industrial interna, nos anos 90 (2000), nos permite pensar nas mudanças objetivas operadas no mercado de trabalho brasileiro, que se adapta e reorganiza tanto em suas dimensões formais como nas informais, nas quais encontramos a maioria dos batalhadores.

A segunda dimensão é a das forças humanas, geralmente organizadas no núcleo familiar, tanto rural como urbano. Estas apresentam recursos próprios, criativos e adaptativos, que podem apresentar traços gerais de classe, mas que também apresentam especificidades regionais, e também especificidades derivadas da forma contingente pela qual o capitalismo se reproduz em casos específicos, como compreendia Max Weber (2004). A articulação entre estas duas dimensões nos obriga a repensar a história e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Um ponto central nesta revisão, inspirado em nossa pesquisa de campo, pode ser a rearticulação entre as dimensões rurais e urbanas do capitalismo periférico. Duas teses são predominantes neste aspecto. A primeira é de cunho mais marxista, que implícita ou explicitamente sugere a chegada de características econômicas e modos de vida urbanos chegando no campo, reorganizando e precarizando

em boa parte as condições de vida nele. A outra é mais culturalista, sugerindo que o campo se reorganiza com força e lógica própria. As duas parecem não escapar da lógica evolutiva do desenvolvimento, e tratam estas dimensões do capitalismo periférico como se fossem dois mundos distintos, como sugere emblematicamente, dentre outros, o livro “Os dois brasis”, de Jacques Lambert, nos anos 70.

Gostaria de esboçar a tentativa de um meio-termo analítico, que não se restrinja a tal polarização. Ela precisa compreender as dimensões do capitalismo periférico articuladas hierarquicamente, mas fugindo da lógica do desenvolvimento, na qual algumas regiões se desenvolvem primeiro e outras devem seguir seu exemplo, ou algumas partes de regiões. Isso é em parte reproduzido pela sociologia do trabalho atual, que enfoca a reestruturação produtiva em algumas regiões, como Zona Franca de Manaus e partes do Paraná, sem tematizar as alterações que elas precisam operar em

seus entornos, e que todas estas mudanças são um mesmo movimento articulado do capitalismo.

O enfoque em histórias reais de vida desta classe intermediária parece frutífero para rever a hierarquia entre as dimensões estruturais do capitalismo. Uma genealogia desta classe e de suas frações pode ser importante nesta direção. Dois livros foram inspiradores para mim neste aspecto. O primeiro é “O campesinato brasileiro” (1973) de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Em profundo estudo empírico nos anos 60, ela e seu grupo tematizaram as classes intermediárias no campo, definidas por elas como “camponeses”, aqueles que em boa parte são descendentes dos homens livres, estudados por Maria Silvia de Carvalho Franco (1997), e antepassados de muitos dos batalhadores, tanto rurais como urbanos, que entrevistamos atualmente.

Sua pesquisa já sugere um ponto central para a revisão da lógica desenvolvimentista do capitalismo: a

própria dimensão rural do capitalismo periférico não é homogênea, mas parece se dividir em duas partes. A primeira é a dimensão da monocultura voltada para exportação, na qual vivem o grande fazendeiro e o trabalhador braçal, agregado e muitas vezes escravo. A segunda é a da empresa familiar, mais heterogênea e em ascensão, na qual vive o pequeno produtor rural, uma espécie de classe média do campo, cada vez mais marcada pela pluriatividade, em sua fração inferior, e pelo agronegócio, em sua fração superior.

O segundo livro é “Trabalho e desenvolvimento no Brasil” (1965) de Luiz Pereira, ex-orientando de Florestan. Neste encontramos muitos dos antepassados de nossos batalhadores em uma origem mais urbana. Pereira tematiza a concretização da etapa urbano-industrial do capitalismo brasileiro através da formação da classe operária, que ele percebia em duas frações, uma mais precarizada e a outra mais intelectualizada. Este estudo da classe

operária, que hoje sofre preconceito por parte de culturalistas e é tratado isoladamente pelo marxismo, é de grande inspiração para uma teoria de classes atual sobre o capitalismo periférico e concomitantemente uma nova teoria normativa do trabalho. Isto por que ele percebe como as mudanças estruturais do capitalismo mundial não só exigem adaptações no habitus de classe, como permitem criatividade e improvisos que muitas vezes não são previstos. Nisso Celso Furtado (2009) parece estar certo quando afirma que o capitalismo periférico não é linear, e nem muito programado e calculado.

Outro livro inspirador para a revisão da lógica do desenvolvimento é “Capitalismo autoritário e campesinato” (1979), de Otávio Guilherme Velho. Sua contribuição é no sentido de perceber que o avanço paulatino das estruturas capitalistas exige uma adaptação contingente de forças humanas nem sempre previsível. Com uma noção de fronteira mais sociológica do que geográfica, sempre em

andamento, ele sugere uma relação dinâmica entre urbano e rural que não é linear nem etapista. Todo o esforço destas pesquisas, entretanto, refere-se a uma época que já passou.

NOVO CAPITALISMO, NOVOS CONCEITOS DE TRABALHO E CLASSE

A atual etapa do capitalismo mundial, marcada pela flexibilidade, como percebe Senneth (2000), Honneth (2006), Boltanski (2002) e outros, e também pelo advento crescente do conhecimento tecnológico como critério normativo e hierarquizante, exige uma nova teoria do trabalho e da classe, tanto para o centro como para a periferia, e não o seu abandono. Um primeiro passo pode ser tematizar as formas concretas de trabalho e de reprodução de padrões de classe, como fizeram em seu tempo Maria Isaura, Luiz Pereira, Florestan e seu grupo, e como tentamos fazer agora, através de

pesquisas qualitativas que tentam buscar a dinâmica sempre em aberto da reprodução de classes.

Neste aspecto, a classe intermediária do batalhador, pensada em suas frações, se mostra como rico material empírico, pois historicamente é formada por pessoas tanto em ascendência, permanência, e decadência social. Sua trajetória permite rever a ideologia do mérito, se pensarmos numa espécie de “mérito alternativo”, prático e contingente, que geralmente foge à lógica previsível de sucesso no capitalismo, aquela do caminho formal do capital cultural.

Este parece um caminho produtivo para a construção de uma teoria normativa sobre o trabalho. Para Honneth (2008), esta precisa ser uma teoria “interna”, no sentido de buscar no próprio cotidiano de sofrimento dos trabalhadores as dificuldades e possibilidades de transformação, através de pesquisa sistemática, e não ser construída de fora, “externa”, com a

aplicação de velhos modelos a novas realidades. Além disso, uma teoria normativa do trabalho para a periferia hoje exige a articulação entre conceitos como qualificação, precarização, flexibilidade e informalidade, geralmente tratados de forma isolada pela sociologia do trabalho.

Por fim, podemos pensar na possibilidade de um “novo conceito de classe trabalhadora”. Nos moldes do capitalismo urbano industrial esta foi o proletariado urbano e rural, o qual já era heterogêneo, como nos ajudam a ver os trabalhos de Fernando Henrique, Zé Martins ou Otávio Ianni. A aposta marxista nesta classe, se pensada sem preconceito e em termos objetivos, sugere que sua condição de vida prática, exatamente por ser uma classe em mudança, cuja constituição praticamente coincide com a constituição de uma fase específica do capitalismo, apresentava um potencial de mudança. Não por que tomaria subjetivamente consciência de classe,

mas por que sua existência em si mesma já era uma mudança.

Uma condição semelhante parece exercer os batalhadores de hoje, no capitalismo flexível periférico, menos estáticos do que a fração de baixo da ralé e do que a classe média tradicional, há gerações estabelecida. Talvez por isso Mangabeira Unger aposte nos batalhadores, enquanto existência concreta, como um dos maiores potenciais de mudança social do capitalismo periférico. Guardadas as proporções de reprodução social das sociedades modernas, que sempre se operam escondidas em pequenas mudanças, o batalhador brasileiro parece ser a própria caricatura da mudança social de nosso tempo.

Abstract

The article aims a new work normative theory. It is divided on three parts. (1) The revision of the work non-centrality debate, to make a synthesis between defenses and critics. (2) From a new empirical material of CEPEDES/UFJF,

propose a new relation between urban and non-urban capitalist dimensions, in opposition to the development logic. (3) Sketch a contribution to a new theory of work on peripheral capitalism and a new notion of social class.

Key words: capitalism; theory of work; social class

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez; Unicamp: 2000.

BOLTANSKI, L. ; CHIAPELLO, É. *El Nuevo Espíritu del Capitalismo*. Madrid: Akal Ediciones, 2002.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil (Edição comemorativa)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GORZ, A. *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HARTMANN, M.; HONNETH, A. Paradoxes of capitalism. *Constellations*, Vol. 13, nº. 1, 2006.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento. Tentativa de redefinição. *Civitas*, V. 8, nº 1, 2008.

LAHIRE, B. *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAMBERT, J. *Os dois brasis*. São Paulo: Difel, 1974.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, L. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965.

QUEIROZ, M. I. P. *O campesinato brasileiro*. São Paulo: Difel, 1973.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, J. P. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, J. *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte: EdUfmg, 2009.

UNGER, R. M. *O que a esquerda deve propor?* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NOTAS

ⁱ Outros autores de épocas distintas, como Daniel Bell e Luc Boltanski também contribuem para o novo paradigma de uma sociedade da informação e do intelecto em lugar de uma sociedade “do trabalho” propriamente dita.